



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 61/2026- COMPRASGOV N.º 90061/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0040.003223.00016/2025-95
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE.
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	13/03/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	9h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	24/02/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Aline Leoncini Souto
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento/confeção de carimbos, refis, cópias de chaves, impressões e outros serviços correlatos, em atendimento às necessidades administrativas do Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE**

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a**

abertura da sessão pública.

- 3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.
- 3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.
- 3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:
- 4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.2.6. **Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**
- 4.2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**
- 4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade

de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do

licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua is

entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.

9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a)

convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (DEZ POR CENTO) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital - Item 10.6.1, subitem D.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver exposto, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

- 15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
 - b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 17.1. Não será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

- 18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e/Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos

apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Katheryne Cássia de Q. Almeida Silva
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **KATHERYNE CÁSSIA DE QUEIROZ ALMEIDA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 23/02/2026, às 09:17, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019488317** e o código CRC **659BA614**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 21/2026/SANEACRE - DIVLI

Processo nº 0040.003223.00016/2025-95

1. DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

Órgão contratante: Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE.

Modalidade: Pregão Eletrônico por Registro de Preço (SRP);

Critério de julgamento: Menor Preço por Item;

Referência de Preços: Foi realizada pesquisa de preços de acordo com o **Decreto Estadual nº 11.363/2024**;

Orçamento Estimado: R\$ xxx (xxx).

Do Quantitativo Estimado: Por ser Registro de Preços, o Órgão contratante não estará obrigado a adquirir a totalidade dos produtos sendo a quantidade descrita no Termo de Referência uma estimativa da necessidade anual do órgão.

Da Legislação Aplicável:

Aplicam-se ao presente processo as disposições da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como do **Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de janeiro de 2024**, que regulamenta a aplicação da referida lei no âmbito do Estado do Acre.

2. OBJETO.

Contratação de empresa para fornecimento/confecção de carimbos, refis, cópias de chaves, impressões e outros serviços correlatos, em atendimento às necessidades administrativas do Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. CONTRATAÇÃO	QUANT. REGISTRO	MÉDIA UNITÁRIA (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA REGISTRO
1	Cópia de chave comum.	35	50			
2	Cópia de chave comum sem modelo (a partir da fechadura)	35	50			
3	Confecção e substituição de borracha para carimbos.	140	200			
4	Carimbo automático tamanho 27 x 10 mm – equivalente L10	35	50			
5	Carimbo automático tamanho 38 x 14 mm -equivalente L20.	35	50			

6	Carimbo automático tamanho 47 x 18 mm – equivalente L30.	35	50			
7	Carimbo automático tamanho 58 x 22 mm – equivalente L40.	28	40			
8	Carimbo automático tamanho 30 x 69 mm – equivalente L50.	21	30			
9	Carimbo automático redondo de 30 mm de diâmetro – equivalente TRAXX 9130	11	15			
10	Carimbo automático tamanho 60 x 40 mm – equivalente PRINTER 55.	11	15			
11	Carimbo automático datador quadrado de 30 x 30 com quatro linhas – equivalente ao Q30.	7	10			
12	Carimbo automático datador redondo de 30 x 30 mm com quatro linhas – equivalente ao R30.	7	10			
13	Carimbo automático datador redondo de 40 x 40 mm com quatro linhas – equivalente ao R40.	7	10			
14	Refil para Carimbo automático tamanho 27 x 10 mm – equivalente L10.	35	50			

15	Refil para Carimbo automático tamanho 38 x 14 mm – equivalente L20.	35	50			
16	Refil para Carimbo automático tamanho 47 x 18 mm – equivalente L30.	35	50			
17	Refil para Carimbo automático tamanho 58 x 22 mm – equivalente L40.	28	40			
18	Refil para Carimbo automático tamanho 30 x 69 mm – equivalente L50.	21	30			
19	Refil para Carimbo automático redondo de 30 mm de diâmetro - equivalente TRAXX 9130.	11	15			
20	Refil para Carimbo automático tamanho 60 x 40 mm – equivalente PRINTER 55.	11	15			
21	Refil para Carimbo automático datador quadrado de 30x30 com quatro linhas – equivalente ao Q30.	7	10			
22	Refil para Carimbo automático datador redondo de 30x30 mm com quatro linhas – equivalente ao R30.	7	10			
23	Refil para Carimbo automático datador redondo de 40x40 mm com quatro linhas – equivalente ao R40.	7	10			

24	Tinta para carimbos automáticos, cor preto, 28ml ou equivalente.	35	50			
25	Impressão colorida em tamanho A4 ou Ofício, papel adesivo.	280	400			
26	Impressão colorida (plotagem) em grande formato (por metro linear).	420	600			
27	Fotocópia colorida em tamanho A4 ou Ofício, papel sulfite, apenas um lado.	21	30			
28	Fotocópia monocromática (preto) em tamanho A4 ou Ofício, apenas um lado.	7.000	10.000			
29	Encadernação com capa em PVC de 100 (cem) até 200 (duzentas) folhas.	70	100			
30	Encadernação com capa em PVC acima de 200 (duzentas) folhas.	28	40			
VALOR TOTAL						

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A eventual contratação justifica-se pela necessidade de atendimento às demandas administrativas e operacionais desta Autarquia, tanto na sede administrativa quanto nas unidades descentralizadas distribuídas em todo o Estado do Acre, abrangendo estações de tratamento, laboratórios, almoxarifados e demais setores operacionais, nos quais ainda se verifica o uso significativo de procedimentos administrativos baseados em documentação física.

Nesse contexto, faz-se indispensável a disponibilização contínua de carimbos funcionais, controles impressos, chaves de acesso e demais serviços de apoio administrativo, instrumentos essenciais à formalização, controle, segurança e regularidade dos atos administrativos praticados no âmbito do SANEACRE.

Ressalta-se, ainda, que os carimbos atualmente em uso estão sujeitos a desgaste natural decorrente da utilização diária, o que impõe a necessidade de manutenção contínua, mediante a substituição de componentes como borrachas, almofadas e refis, a fim de preservar sua funcionalidade, evitar retrabalhos e assegurar a autenticidade, eficiência e padronização dos procedimentos administrativos.

No tocante aos demais itens e serviços correlatos, tais como confecção de carimbos, cópias de chaves e serviços de impressão, constata-se a existência de demanda permanente, contínua e previsível, diretamente vinculada à rotina administrativa e operacional desta Autarquia, abrangendo todas as suas unidades, não sendo possível a interrupção do fornecimento e da prestação desses serviços, sob pena de prejuízo à organização interna, à segurança patrimonial e à continuidade das atividades institucionais.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. DA ESCOLHA DA MODALIDADE E DO PARCELAMENTO

6.1. Para a definição da modalidade licitatória e da forma de contratação, foram observados os critérios e procedimentos estabelecidos na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como no **Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de janeiro de 2024**, que regulamenta a aplicação da referida lei no âmbito do Estado do Acre.

6.2. A estimativa de preços que embasa o presente processo foi realizada conforme a metodologia prevista no Decreto Estadual nº 11.363/2024, mediante **pesquisa de mercado com base em cesta de preços aceitáveis**, adotando-se o critério da **média aritmética dos valores coletados**, assegurando a compatibilidade dos preços estimados com aqueles praticados no mercado e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.3. Os bens e serviços a serem contratados — consistentes no **fornecimento e confecção de carimbos, refis, cópias de chaves, serviços de impressão e demais serviços correlatos** — apresentam **padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos**, com especificações usuais de mercado, enquadrando-se como **bens e serviços comuns**, nos termos do **art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**.

6.4. Diante dessas características, a modalidade licitatória mais adequada é o **Pregão Eletrônico**, o qual possibilita maior competitividade, transparência e eficiência ao certame, ampliando o universo de potenciais fornecedores e garantindo maior economicidade à Administração Pública.

6.5. Para o julgamento das propostas, será adotado o critério do **menor preço por item**, observado o atendimento integral às especificações técnicas e às condições estabelecidas no Termo de Referência, em conformidade com o objeto da contratação.

6.6. A opção pela utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** justifica-se pela **natureza contínua e recorrente da demanda**, bem como pela **impossibilidade de prever com exatidão o quantitativo a ser efetivamente demandado ao longo do exercício**, circunstância típica das necessidades administrativas do SANEACRE. Nesse contexto, o SRP confere maior flexibilidade à Administração, permitindo a contratação conforme a demanda real, sem obrigatoriedade de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados, conforme previsto na legislação vigente.

6.7. Quanto ao parcelamento, a contratação será realizada **por item**, possibilitando maior competitividade e favorecendo a participação de fornecedores especializados em determinados produtos ou serviços, sem prejuízo da economicidade e da eficiência administrativa. O parcelamento por item revela-se tecnicamente viável e adequado, não implicando perda de escala ou aumento injustificado de custos, ao contrário, contribui para a ampliação da disputa e obtenção de propostas mais vantajosas.

6.8. Assim, a escolha do **Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, julgamento pelo menor preço por item e parcelamento do objeto**, mostra-se a solução mais adequada para atender ao interesse público, assegurando eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do atendimento às necessidades administrativas do Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE.

7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO E ME/EPP:

7.1. Participação de Empresas em Consórcio

7.1.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio no presente certame.

7.1.2. A vedação à formação de consórcios justifica-se pelo fato de que o objeto da contratação — **fornecimento/confecção de carimbos, refis, cópias de chaves, impressões e outros serviços correlatos** — **não apresenta complexidade técnica, operacional ou econômica** que exija a conjugação de esforços entre empresas, tampouco demanda equipamentos especiais ou pessoal altamente especializado.

7.1.3. Trata-se de objeto comum, amplamente ofertado no mercado e **plenamente executável por empresa individual**, não havendo prejuízo à competitividade ou ao atendimento do interesse público com a restrição, nos termos do **art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**.

7.2. Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)

7.2.1. Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.

7.2.2. No presente certame, **todos os itens possuem valor estimado individual inferior a R\$ 80.000,00**, motivo pelo qual **a participação será exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte em todos os itens licitados**, assegurando o tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação vigente.

7.2.3. Adicionalmente, considerando que o objeto é composto por **bens e serviços de natureza divisível**, observa-se o disposto no **art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006**, que autoriza a reserva de cota de até **25% (vinte e cinco por cento)** para ME/EPP. Contudo, **como a totalidade dos itens já se enquadra no limite legal para contratação exclusiva**, a aplicação de cota reservada torna-se desnecessária, uma vez que **100% do certame será disputado exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte**.

7.2.4. Dessa forma, conclui-se que **todos os itens do presente processo licitatório permitirão e restringirão a participação exclusivamente a ME/EPP**, em consonância com os princípios da **isonomia, competitividade, desenvolvimento local e regional, eficiência e interesse público**, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**, da **Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto Estadual nº 11.363/2024**.

8. DA ASSINATURA, DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

8.1. Encerrado o processo licitatório, a contratação poderá ser formalizada a **qualquer tempo, conforme a necessidade da Administração**, mediante celebração do **Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços, nota de empenho ou instrumento equivalente**, observado o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação formal da licitante vencedora.

8.2. O prazo para assinatura poderá ser **prorrogado uma única vez, por igual período**, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificada e aceita pelo **Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE**.

8.3. Da Vigência da Ata de Registro de Preços

8.3.1. A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de até **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, **podendo ser prorrogada por igual período**, desde que comprovada a vantagem para a Administração, nos termos do **art. 84 da Lei nº 14.133/2021**.

8.4. Da Vigência dos Contratos ou Instrumentos Equivalentes

8.4.1. O contrato administrativo decorrente do registro de preços terá sua vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, podendo vigor pelo prazo inicialmente estabelecido de 12 (doze) meses. Será permitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que haja justificativa prévia por escrito, autorização da autoridade competente e emissão de parecer jurídico favorável, em conformidade com o art. 107, § 4º, da **Lei nº 14.133/2021**.

8.4.2. A eventual prorrogação contratual deverá ser formalizada por meio de **termo aditivo**, observada a legislação vigente.

8.4.3. O contrato **não poderá ser prorrogado** quando o contratado tiver sido penalizado com as sanções de **declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público**, observadas as respectivas abrangências de aplicação.

8.4.4. Durante o período de vigência do contrato, **estarão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto**, nos termos pactuados entre as partes, **ressalvados os prazos relativos às garantias do objeto**, os quais poderão extrapolar a vigência contratual.

8.5. Da Eficácia

8.5.1. A **eficácia da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes** estará condicionada à **publicação de seus respectivos extratos no Diário Oficial do Estado do Acre**.

8.5.2. Adicionalmente, a **divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** constitui condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, devendo ocorrer no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados da data de sua assinatura, nos casos de licitação, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

9. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Referência ao Estudo Técnico Preliminar e no Plano de Contratação Anual

9.1.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo;

9.1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

9.2. Legislação que poderá ser aplicada ao objeto

9.2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Modalidade

10.1.1. Pregão Eletrônico, a ser realizado por meio do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023, considerando tratar-se de aquisição de bens e serviços comuns, de demanda frequente e parcelada.

10.2. Modo de Disputa

10.2.1. Aberto, conforme previsto na legislação vigente, de modo a assegurar ampla competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10.3. Critério de Julgamento

10.3.1. Menor preço **por item**, tendo em vista que o objeto é divisível, técnica e economicamente viável, não havendo prejuízo à economia de escala, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

10.4. Prazo de Validade das Propostas de Preços

10.4.1. Fica estabelecido o prazo mínimo de **90 (noventa) dias** para validade das propostas de preços apresentadas em sessão pública, em conformidade com o disposto no artigo 94, inciso XIV, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

10.5. Forma de Fornecimento / Execução

10.5.1. O fornecimento dos materiais e a prestação dos serviços ocorrerão **de forma parcelada e sob demanda**, mediante solicitação formal da Administração, conforme necessidade do SANEACRE, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.5.2. Os pedidos serão realizados exclusivamente pela Divisão de Compras, por meio eletrônico, devendo a contratada atender aos prazos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

10.6. **Exigências de Habilitação**

10.6.1. Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a) **Habilitação Jurídica**

Conforme exigências estabelecidas no Edital, em atendimento à legislação vigente.

b) **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

Comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, conforme previsto no Edital e no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

c) **Qualificação Econômico-Financeira**

Em atendimento ao artigo 94, inciso XVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, será exigido índice mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, comprovado por meio do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas no Edital.

d) **Qualificação Técnica**

As empresas participantes deverão apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante fornecido materiais e/ou prestado serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos. Poderá ser exigida, em diligência, da licitante melhor classificada, a apresentação de cópia autenticada do contrato e/ou das respectivas notas fiscais que deram origem ao atestado apresentado.

10.7. **No Ato da Proposta**

10.7.1. No valor unitário e global da proposta deverão estar **inclusos todos os custos e despesas** necessários à perfeita execução do objeto, tais como:

- a) transporte e deslocamento;
- b) impostos, taxas e tributos;
- c) fretes;
- d) encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- e) custos com materiais, insumos, mão de obra e equipamentos;
- f) quaisquer outras despesas diretas ou indiretas relacionadas ao fornecimento dos materiais e à prestação dos serviços.

10.8. Os materiais e serviços deverão ser entregues/prestados no local indicado pelo CONTRATANTE, observando rigorosamente as especificações técnicas constantes do Edital e do Estudo Técnico Preliminar.

10.9. Caso os materiais ou serviços sejam recusados por não atenderem às especificações ou padrões de qualidade exigidos, a **substituição ou correção deverá ocorrer de forma imediata**, **sem qualquer ônus adicional para o SANEACRE**, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar.

11. **GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS**

11.1. **Forma de Execução**

11.1.1. A execução do objeto dar-se-á de forma **parcelada e sob demanda**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante solicitação formal emitida exclusivamente pela Divisão de Compras do SANEACRE, por meio eletrônico.

11.1.2. Os fornecimentos e serviços compreenderão, conforme o item solicitado, a confecção, fornecimento, reprodução, impressão, encadernação e demais serviços correlatos descritos neste Termo de Referência, observadas rigorosamente as especificações técnicas e quantitativos estimados.

11.2. **Responsável pela Execução**

11.2.1. A Contratada deverá indicar **responsável técnico ou preposto**, com poderes para:

- a) acompanhar a execução dos serviços e fornecimentos;
- b) prestar esclarecimentos técnicos;
- c) solucionar eventuais inconsistências;
- d) dirimir dúvidas não previstas contratualmente;
- e) adotar providências imediatas para correção de falhas ou irregularidades.

11.3. **Entrega Técnica e Orientações**

11.3.1. Quando aplicável, especialmente nos casos de **confecção de carimbos personalizados, plotagens, encadernações especiais** ou serviços que demandem especificações detalhadas, a Contratada deverá assegurar orientação técnica adequada à Administração, garantindo a correta execução conforme o solicitado.

11.4. **Condições de Entrega e Prestação dos Serviços**

11.4.1. Os materiais e serviços deverão ser entregues/prestados no prazo definido na solicitação formal da Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

11.4.2. Caso a Contratada identifique impossibilidade de cumprimento do prazo inicialmente estabelecido, deverá comunicar formalmente a Administração, de forma justificada, em tempo hábil, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

11.4.3. A entrega dos materiais ocorrerá no **SANEACRE**, ou em outro local por ele indicado, situado no Município de Rio Branco/AC, sem qualquer custo adicional para a Administração.

11.4.4. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, de modo a evitar danos, avarias ou deteriorações durante o transporte.

11.5. **Recebimento do Objeto**

11.5.1. Os materiais e serviços serão recebidos **provisoriamente**, no ato da entrega ou conclusão do serviço, juntamente com a respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para fins de conferência inicial.

11.5.2. O recebimento **definitivo** ocorrerá após a verificação da conformidade do material ou serviço com as especificações deste Termo de Referência e da proposta vencedora, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, mediante atesto do setor competente.

11.5.3. Os materiais ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade ou condições estabelecidas.

11.5.4. Na hipótese de rejeição, a Contratada deverá proceder à **substituição do material ou correção do serviço de forma imediata**, sem ônus adicional para o SANEACRE.

11.5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade, adequação e conformidade do objeto fornecido.

11.6. **Substituição e Correção**

11.6.1. Constatada qualquer falha, defeito, erro de confecção, impressão, encadernação ou desconformidade com as especificações, a Contratada deverá sanar a irregularidade no prazo máximo definido pela Administração, contado da notificação formal.

11.6.2. A substituição ou correção ocorrerá às expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. **Garantia dos Materiais e Serviços**

11.7.1. A garantia dos materiais fornecidos e dos serviços prestados observará, no que couber, as disposições da **Lei nº 14.133/2021** e do **Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078/1990)**, especialmente o disposto no **art. 26**.

11.7.2. O direito de a Administração reclamar por **vícios aparentes ou de fácil constatação** caducará nos seguintes prazos:

I - **30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos **não duráveis**;

II - **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos **duráveis**.

11.7.3. A contagem do prazo decadencial iniciar-se-á a partir da **entrega efetiva do material** ou do **término da execução do serviço**, conforme o caso.

11.7.4. Tratando-se de **vício oculto**, o prazo decadencial terá início no momento em que ficar evidenciado o defeito.

11.7.5. A reclamação formal apresentada pela Administração à Contratada suspende o prazo decadencial até a manifestação definitiva da Contratada.

11.7.6. Constatado vício ou desconformidade, a Contratada deverá proceder à **substituição do material ou correção do serviço**, sem ônus adicional para o SANEACRE.

11.8. **Responsabilidade Ambiental**

11.8.1. A Contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, observando, sempre que possível, o uso racional de insumos, a redução de desperdícios e o descarte ambientalmente adequado de resíduos, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

12. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. A Contratada obriga-se a cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe, ainda:

12.1.1. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas,

respondendo pela regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista;

12.1.2. Executar o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades solicitadas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes do fornecimento dos materiais e da prestação dos serviços;

12.1.3. Entregar os materiais adequadamente acondicionados, responsabilizando-se por quaisquer danos, avarias ou perdas ocorridas durante o transporte, carga e descarga;

12.1.4. Reparar, corrigir, refazer ou ajustar, às suas expensas, os materiais ou serviços que apresentarem vícios, falhas, erros de execução ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da prestação do serviço;

12.1.5. Proceder à **substituição apenas nos casos em que for constatado o fornecimento de objeto distinto do solicitado ou em desacordo com as especificações técnicas**, observado o prazo fixado pela Administração, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

12.1.6. Substituir, no prazo máximo definido pela Administração, os materiais que não apresentarem qualidade, especificação ou desempenho compatíveis com o solicitado;

12.1.7. Manter inalterados os preços e as condições constantes de sua proposta durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

12.1.8. Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes do transporte, tributos, taxas, fretes, encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e sociais, bem como quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do objeto, não recaindo sobre o CONTRATANTE qualquer ônus adicional;

12.1.9. Indicar formalmente preposto ou responsável para acompanhar a execução do contrato, mantendo diálogo permanente com a Administração e prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

12.1.10. Cumprir fielmente as cláusulas contratuais e atender prontamente às solicitações e orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se à fiscalização e às verificações que se fizerem necessárias;

12.1.11. Responder por quaisquer prejuízos ou danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de seus empregados, prepostos ou representantes, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis;

12.1.12. Assumir inteira responsabilidade pela idoneidade, conduta e disciplina de seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto;

12.1.13. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

12.1.14. Garantir os materiais fornecidos e os serviços prestados, observando os padrões adequados de qualidade, segurança e desempenho, conforme previsto neste Termo de Referência e na legislação vigente, especialmente no que couber ao Código de Defesa do Consumidor;

12.1.15. Comunicar formalmente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência ou situação que possa caracterizar descumprimento das obrigações assumidas;

12.1.16. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), do Código Civil, das normas técnicas aplicáveis e demais legislações pertinentes;

12.1.17. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis futuros;

12.1.18. Manter sigilo sobre quaisquer informações a que tiver acesso em razão da execução do objeto, não divulgando dados, documentos ou informações sem prévia autorização do CONTRATANTE;

12.1.19. Emitir corretamente as notas fiscais correspondentes às solicitações atendidas e manter regularizado seu cadastro junto aos órgãos competentes, inclusive junto à Secretaria de Estado da Fazenda, quando aplicável.

12.2. A inexecução total ou parcial do objeto, o fornecimento em desconformidade ou o descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a Contratada às penalidades previstas na legislação vigente, no Edital e na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. O CONTRATANTE poderá rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com o solicitado;

13.2. Notificar por escrito a empresa fornecedora, pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, para que sejam adotadas as medidas saneadoras necessárias.

13.3. A CONTRATANTE exercerá através do Departamento Administrativo a gestão contratual, observando o fiel cumprimento das exigências constantes deste termo, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas;

13.4. Proceder a fiscalização do (s) contrato (s) decorrente (s) deste Termo através de funcionário designado por Ato Administrativo; 13.0.4. Proceder o pagamento devido a contratada;

13.5. Rejeitar os itens que não estiver dentro dos padrões exigidos nas especificações; 13.0.6. Notificar a contratada

por escrito pela ocorrência de eventuais imperfeições no ato de descarga;

- 13.6. Atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos itens referente ao objeto do termo contratual;
- 13.7. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste termo;
- 13.8. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da Contratada às dependências do CONTRATANTE;
- 13.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados

14. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 14.1. Para os **carimbos a serem confeccionados**, bem como para a **substituição de borrachas em carimbos já existentes**, a solicitação será formalizada pela Autarquia por meio de e-mail institucional (Gmail) ou requisição interna, conforme a situação. A Autarquia indicará à contratada o texto a ser gravado, bem como o modelo ou especificações do carimbo desejado.
- 14.2. Quanto aos demais materiais e serviços, a Autarquia ficará responsável pelo encaminhamento das artes, arquivos ou documentos que deverão ser impressos ou reproduzidos, garantindo que a contratada possua todas as informações necessárias para a execução do serviço com fidelidade. A retirada ou recebimento dos produtos finais também será realizada pela Autarquia, que assumirá a responsabilidade pelo transporte ou busca dos itens entregues, assegurando que a execução da solução ocorra de forma eficiente e segura.
- 14.3. O **prazo de entrega** será de até **7 (sete) dias úteis**, contados a partir da solicitação ou da ordem de serviço expedida pela Divisão de Compras do Saneacre, considerando a necessidade de continuidade das atividades administrativas da Autarquia e evitando interrupções decorrentes da falta de insumos ou serviços.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia subsequente à entrega dos produtos, com a apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor responsável e apresentação das certidões de regularidade junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais.
- 15.2. O documento de cobrança deve ser apresentado em obediência aos seguintes requisitos:
- a) Emitido em nome do Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE;
 - b) Dirigido ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fim de conferência preliminar;
 - c) Conter no campo “descrição” as seguintes menções: **Detalhamento do objeto do Contrato e do certame Licitatório, n.º do Termo de Contrato, n.º do empenho, n.º da ordem de entrega e mês da entrega dos itens.**
- 15.3. O documento de cobrança não aprovado pelo setor responsável deve ser devolvido à empresa com as informações que motivaram sua rejeição.
- 15.4. O valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
- $$I = \frac{TX}{100} \times \frac{365}{EM}$$
- EM = I x N x VP, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.
- 15.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Órgão.
- 15.6. A empresa deverá manter, durante todo o período do contrato, a situação de regularidade junto ao sítio específico ou SICAF.
- 15.7. Na hipótese da empresa, por ocasião do pagamento pelo produto entregue, encontrar-se com cadastro vencido ou com pendência, no que diz respeito à Documentação Obrigatória, deverá apresentar documentação comprovando sua regularidade, não gerando advertência.

15.8. A persistência na situação prevista no parágrafo anterior por parte da empresa culminará com imputação das penalidades previstas em lei, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

15.9. As empresas devem possuir Cadastro de Credor no sistema SEFAZ para receberem valores provenientes da execução contratual.

15.10. Para se cadastrar, o fornecedor deverá fazê-lo pelo site www.sefaz.ac.gov.br.

16. DAS ADESÕES A ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na mesma para o órgão solicitante e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que a ela aderirem.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços será o **Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE**.

17.2. Além do órgão gerenciador, **não haverá órgãos ou entidades públicas participantes** do registro de preços.

17.3. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação, **assinar a Ata de Registro de Preços**, nos termos do instrumento convocatório.

17.4. Os preços serão registrados na forma estabelecida no **Decreto Estadual nº 11.363/2023**, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, conforme disposto na **minuta da Ata de Registro de Preços**, anexa ao Edital.

17.5. A Ata de Registro de Preços terá **vigência de 01 (um) ano**, contada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, **desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados**, nos termos do art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

17.6. O SANEACRE realizará o monitoramento das alterações ou atualizações dos preços registrados, os quais poderão ser **revistos ou atualizados** em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fatos supervenientes que elevem o custo dos **bens registrados**, observada a legislação aplicável.

17.7. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados deverão **permanecer compatíveis com a conjuntura do mercado**, sob pena de adoção das medidas administrativas cabíveis.

17.8. As demais disposições que regulam o uso da Ata de Registro de Preços encontram-se definidas na **Minuta da Ata de Registro de Preços**, constante como anexo do Edital.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A execução das entregas será acompanhada e fiscalizada por servidor na condição de representante do Saneacre, o qual deverá atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução para fins de pagamento e, acompanhar reembolsos quando houver;

18.2. A presença da fiscalização do Saneacre não elide nem diminui a responsabilidade da empresa.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Subcontratação

19.1.1. A Contratada **não poderá subcontratar**, ceder ou transferir, total ou parcial o objeto licitado.

19.2. Garantia de Execução Contratual

19.2.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

20. FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO DA CONTRATADA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

21. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1. O custo estimado total para registro é de **R\$xxx(xxxx)**, conforme apurado no Estudo Técnico Preliminar, com base em pesquisa de mercado realizada para cada item do objeto.

21.2. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses de ocorrência de **caso fortuito, força maior, fato do príncipe** ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do ajuste tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

21.3. Também poderão ser revistos os preços em caso de **criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais**, bem como na superveniência de disposições legais, desde que haja comprovada repercussão sobre os preços registrados;

21.4. Os preços registrados poderão ser **reajustados**, respeitada a contagem da anualidade e o índice definido para a contratação, conforme previsto no Edital e na Ata de Registro de Preços;

21.5. Poderá haver **repactuação**, a pedido do interessado, quando cabível, observados os critérios e condições

estabelecidos na legislação aplicável e no instrumento convocatório.

22. DAS ALTERAÇÕES

22.1. Acréscimos e Supressões

22.1.1. As contratações decorrentes da **Ata de Registro de Preços** poderão sofrer alterações, nos termos do **art. 124, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, ficando o contratado obrigado a aceitar, **nas mesmas condições inicialmente pactuadas**, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto contratado, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do respectivo instrumento contratual ou nota de empenho.

22.1.2. Considerando a natureza do objeto — **fornecimento/confecção de carimbos, refis, cópias de chaves, impressões e serviços correlatos** — não se aplica o limite excepcional de 50% previsto para hipóteses de reforma de edifício ou de equipamento.

22.2. Do Reajuste de Preços

22.2.1. Os preços registrados na **Ata de Registro de Preços** serão **fixos e irreeajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses**, contados a partir da **data limite para a apresentação das propostas**, garantindo-se a estabilidade inicial dos valores registrados.

22.2.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses e **desde que a Ata ainda esteja vigente**, poderá ser concedido reajuste de preços, **mediante solicitação formal da detentora da Ata**, observado o **reajustamento em sentido estrito**, conforme definido no **art. 6º, inciso LVIII, da Lei nº 14.133/2021**, com aplicação de índice oficial que reflita a variação efetiva dos custos do mercado.

22.2.3. Para fins de reajuste, poderão ser adotados o **Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M** ou o **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, aplicando-se **aquele que se revelar mais vantajoso para a Administração Pública**, incidindo **exclusivamente sobre os fornecimentos ou serviços executados após a ocorrência da anualidade**.

22.2.4. Na hipótese de extinção, descontinuidade ou inaplicabilidade do índice originalmente previsto, será adotado, em substituição, **outro índice oficial que melhor represente a variação dos custos do setor**, desde que mais vantajoso para a Administração.

22.2.5. O direito ao reajuste **não será automático**, devendo ser expressamente requerido pela detentora da Ata. A ausência de solicitação tempestiva, especialmente na hipótese de prorrogação da Ata sem o devido pleito, **acarretará a preclusão do direito ao reajuste**, não sendo admitida a concessão retroativa.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, o Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE, garantida a prévia defesa, aplicará ao fornecedor as sanções previstas no Decreto Estadual vigente.

24. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

24.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com este Termo de Referência e com as normas da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

24.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, devidamente justificados, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro formal por simples apostila.

24.3. As comunicações entre o órgão ou entidade contratante e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa contratada para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

24.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros aspectos relevantes.

24.6. FISCAL DO CONTRATO

24.6.1. São atribuições do Fiscal do Contrato, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

24.6.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do instrumento contratual, seus anexos e eventuais aditivos ou apostilamentos;

24.6.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados e/ou dos bens entregues;

24.6.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento de bens de consumo e a prestação dos serviços, após conferência prévia do objeto contratado;

24.6.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e a conformidade de sua execução em estrita observância ao

estabelecido no contrato, solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências ou omissões;

24.6.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade, qualidade e conformidade com as especificações;

24.6.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em registro próprio;

24.6.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, na inexistência de previsão, estabelecer, juntamente com o Gestor do Contrato, prazo razoável para a adoção de medidas saneadoras;

24.6.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

24.6.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

24.6.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do objeto, instruído, quando couber, com documentos probatórios;

24.6.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais, verificando se foram entregues em perfeitas condições e conforme pactuado;

24.6.13. Atuar em tempo hábil na solução de problemas que venham a ocorrer durante a execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

24.6.14. Encaminhar ao Gestor do Contrato as questões que ultrapassem suas atribuições;

24.6.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, quando houver dúvidas quanto às providências a serem adotadas;

24.6.16. Indicar, quando cabível, a necessidade de eventuais glosas ou descontos nos valores a serem pagos, devidamente fundamentados;

24.6.17. Cientificar o Gestor do Contrato e o Ordenador de Despesas acerca da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

24.6.18. Realizar, quando aplicável, as medições ou verificações dos serviços antes do atesto das respectivas notas fiscais;

24.6.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

24.6.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

24.6.21. Emitir atestado ou certidão de realização de fornecimento ou prestação de serviços, total ou parcial;

24.6.22. Controlar a execução do objeto, aprovando apenas o que tiver sido efetivamente executado ou fornecido;

24.6.23. Informar ao Gestor do Contrato sobre irregularidades que devam ser sanadas;

24.6.24. Glosar valores quando houver má execução ou não execução do objeto, sugerindo a aplicação de penalidades cabíveis; e

24.6.25. Representar às autoridades competentes sobre a prática de ato ilícito de que tiver conhecimento em razão do exercício de suas atribuições.

24.7. GESTOR DO CONTRATO

24.7.1. São atribuições do Gestor do Contrato, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

24.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do instrumento contratual e de seus eventuais aditivos;

24.7.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

24.7.4. Assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e observância da legislação vigente;

24.7.5. Solicitar periodicamente ao Fiscal do Contrato relatórios de ocorrências, adotando as providências necessárias;

24.7.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua competência durante a execução contratual;

24.7.7. Analisar glosas e apontamentos do Fiscal, informando o setor financeiro quando houver necessidade de ajustes nos pagamentos;

24.7.8. Encaminhar formalmente as demandas à contratada por meio de ordens de fornecimento ou de execução de serviços;

24.7.9. Repassar ao Fiscal do Contrato todas as informações e documentos necessários ao adequado acompanhamento da execução;

24.7.10. Manter atualizados os dados do contrato nos sistemas informatizados e meios oficiais de controle;

24.7.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, promovendo as providências necessárias à prorrogação, quando cabível e vantajosa, ou ao encerramento da contratação;

- 24.7.12. Propor medidas que visem à melhoria da execução do contrato;
- 24.7.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão contratual;
- 24.7.14. Encaminhar às instâncias competentes as questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;
- 24.7.15. Providenciar, sempre por escrito, esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico quando necessário;
- 24.7.16. Alimentar o Portal da Transparência e os sistemas de gestão de contratos administrativos com informações atualizadas;
- 24.7.17. Negociar, quando cabível e nos termos da lei, condições previamente estabelecidas, especialmente em hipóteses de prorrogação contratual;
- 24.7.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas acerca de ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato;
- 24.7.19. Juntamente com o Fiscal do Contrato, levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas informações relativas a ajustes, alterações de prazos e demais aspectos relevantes, emitindo pareceres e relatórios técnicos quando necessário;
- 24.7.20. Obter a formalização da designação do preposto da contratada;
- 24.7.21. Elaborar, quando aplicável, plano de inserção para repasse das informações necessárias à execução do objeto;
- 24.7.22. Notificar formalmente a contratada, por determinação do Ordenador de Despesas, sobre irregularidades verificadas; e
- 24.7.23. Controlar, no que couber, a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 25.1. Documento SEI nº 0017459016.

Luan Maia Lima

Chefe da Divisão de Compras - Saneacre.

Portaria n.º 291/2023.



Documento assinado eletronicamente por **LUAN MAIA LIMA, Chefe de Divisão**, em 19/02/2026, às 10:51, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019464843** e o código CRC **D4BEBD4C**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0040.003223.00016/2025-95

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº **XX/XXXX**

Validade da Ata: **XX** meses

O SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO ACRE – SANEACRE é uma entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 1.248, de 04 de dezembro de 1997, e suas alterações posteriores, situado na Rua Franco Ribeiro, n.º 77, 2º andar, Centro – Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ nº 02.405.085/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Decreto nº 1.451-P, de 31 de janeiro de 2023, o Senhor **JOSÉ RAIMUNDO BARROSO BESTENH**, brasileiro, portador do documento de identidade nº 32039 e do CPF nº 011.442.432-20, residente e domiciliado neste município, e o seu Diretor Administrativo e Financeiro, através do Decreto nº 7.623-P/2024 **GEOVANI DA SILVA SOARES**, brasileiro, advogado, portador do documento de identidade nº 410624 SEPC/AC e do CPF nº 744.796.952-49, residente e domiciliado neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS Nº xx, publicada a homologação DOE nº xx de xx, processo SEI nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento/confecção de carimbos, refis, cópias de chaves, impressões e outros serviços correlatos, em atendimento às necessidades administrativas do Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s), se encontram no anexo I.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será **SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO ACRE**.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão solicitar a adesão:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- d) A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Será vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública estadual a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal (art. 338 do Decreto Estadual 11.363).

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA ADESÕES

5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. CLÁUSULA SEXTA – VEDAÇÃO E ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO DE RESERVA

7.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, assinar Ata de Registro de Preços;

7.1.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da data de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, após determinada a vantajosidade para a administração pública, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.1.4. Serão registrados os preços na forma estabelecida no Decreto Estadual nº 11.363/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, conforme minuta de Ata de Registro de Preços.

7.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

7.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

7.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.5. O registro a que se refere o item 7.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 7.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos

no edital ou no aviso de contratação direta; e

7.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 11**.

7.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 7.7, observando o item 7.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

7.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. CLÁUSULA NONA – NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem

firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 11.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.7.

9.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 11.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2 e no item 9.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

10.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

10.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos na legislação vigente.

10.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO, LICITANTE E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.5.1. Por razão de interesse público;

11.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

14. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco - Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONTRATANTE

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **NILMARA DE LIMA PINTO, Chefe de Divisão**, em 21/01/2026, às 12:02, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019129282** e o código CRC **6D6DBB46**.

ANEXO I

FORNECEDOR: XXXXXXXX, inscrita no **CNPJ nº XXXXXXXX**, situada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, telefone XXXXXXXX, e-mail:XXXXXXXXXXXX - **REPRESENTANTE: XXXXXXXX**, portador do CPF nº XXXXXXXX, RG nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Cópia de chave comum.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
2	Cópia de chave comum sem modelo (a partir da fechadura)	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
3	Confecção e substituição de borracha para carimbos.	Unid.	200	R\$ x	R\$ x
4	Carimbo automático tamanho 27 x 10 mm – equivalente L10	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
5	Carimbo automático tamanho 38 x 14 mm -equivalente L20.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
6	Carimbo automático tamanho 47 x 18 mm – equivalente L30.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
7	Carimbo automático tamanho 58 x 22 mm – equivalente L40.	Unid.	40	R\$ x	R\$ x
8	Carimbo automático tamanho 30 x 69 mm – equivalente L50.	Unid.	30	R\$ x	R\$ x
9	Carimbo automático redondo de 30 mm de diâmetro – equivalente TRAXX 9130	Unid.	15	R\$ x	R\$ x
10	Carimbo automático tamanho 60 x 40 mm – equivalente PRINTER 55.	Unid.	15	R\$ x	R\$ x
11	Carimbo automático datador quadrado de 30 x 30 com quatro linhas – equivalente ao Q30.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
12	Carimbo automático datador redondo de 30 x 30 mm com quatro linhas – equivalente ao R30.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
13	Carimbo automático datador redondo de 40 x 40 mm com quatro linhas – equivalente ao R40.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
14	Refil para Carimbo automático tamanho 27 x 10 mm – equivalente L10.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
15	Refil para Carimbo automático tamanho 38 x 14 mm – equivalente L20.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
16	Refil para Carimbo automático tamanho 47 x 18 mm – equivalente L30.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
17	Refil para Carimbo automático tamanho 58 x 22 mm – equivalente L40.	Unid.	40	R\$ x	R\$ x
18	Refil para Carimbo automático tamanho 30 x 69 mm – equivalente L50.	Unid.	30	R\$ x	R\$ x
19	Refil para Carimbo automático redondo de 30 mm de diâmetro - equivalente TRAXX 9130.	Unid.	15	R\$ x	R\$ x
20	Refil para Carimbo automático tamanho 60 x 40 mm – equivalente PRINTER 55.	Unid.	15	R\$ x	R\$ x
21	Refil para Carimbo automático datador quadrado de 30x30 com quatro linhas – equivalente ao Q30.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x

22	Refil para Carimbo automático datador redondo de 30x30 mm com quatro linhas – equivalente ao R30.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
23	Refil para Carimbo automático datador redondo de 40x40 mm com quatro linhas – equivalente ao R40.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
24	Tinta para carimbos automáticos, cor preto, 28ml ou equivalente.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
25	Impressão colorida em tamanho A4 ou Ofício, papel adesivo.	Unid.	400	R\$ x	R\$ x
26	Impressão colorida (plotagem) em grande formato (por metro linear).	M	600	R\$ x	R\$ x
27	Fotocópia colorida em tamanho A4 ou Ofício, papel sulfite, apenas um lado.	Unid.	30	R\$ x	R\$ x
28	Fotocópia monocromática (preto) em tamanho A4 ou Ofício, apenas um lado.	Unid.	10.000	R\$ x	R\$ x
29	Encadernação com capa em PVC de 100 (cem) até 200 (duzentas) folhas.	Unid.	100	R\$ x	R\$ x
30	Encadernação com capa em PVC acima de 200 (duzentas) folhas.	Unid.	40	R\$ x	R\$ x
VALOR TOTAL R\$					R\$ x

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 3/2026/SANEACRE - DIVLI

TERMO DE CONTRATO Nº QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO ACRE – SANEACRE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

O SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO ACRE – SANEACRE, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei n.º 1.248, de 04 de dezembro de 1997, e suas alterações posteriores, situado na Rua Franco Ribeiro, nº 77 – 2º andar – Centro – Rio Branco/AC, inscrito no CNPJ n.º 02.405.085/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Decreto n.º 1.451-P, de 31 de janeiro de 2023, o Senhor **JOSÉ RAIMUNDO BARROSO BESTENE**, brasileiro, portador do documento de identidade nº 32039 e do CPF nº 011.442.432-20, residente e domiciliado neste município, e o seu Diretor Administrativo e Financeiro, através do Decreto n.º 7.623-P de 12 de agosto de 2024, **GEOVANI DA SILVA SOARES**, brasileiro, advogado, portador do documento de identidade nº 410624 SEPC/AC e do CPF nº 744.796.952-49, residente e domiciliado neste município, doravante denominados simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e Inscrição Estadual nº XXXXXXXXXXXX, com sede na (endereço), nº xxxxx, Bairro, Cidade/UF, neste ato representado pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e RG nº xxxxxxSSP/Xx, residente e domiciliado (endereço completo, bairro, cidade), doravante denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento/confecção de carimbos, refis, cópias de chaves, impressões e outros serviços correlatos, em atendimento às necessidades administrativas do Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Cópia de chave comum.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
2	Cópia de chave comum sem modelo (a partir da fechadura)	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
3	Confecção e substituição de borracha para carimbos.	Unid.	200	R\$ x	R\$ x
4	Carimbo automático tamanho 27 x 10 mm – equivalente L10	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
5	Carimbo automático tamanho 38 x 14 mm -equivalente L20.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
6	Carimbo automático tamanho 47 x 18 mm – equivalente L30.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
7	Carimbo automático tamanho 58 x 22 mm – equivalente L40.	Unid.	40	R\$ x	R\$ x
8	Carimbo automático tamanho 30 x 69 mm – equivalente L50.	Unid.	30	R\$ x	R\$ x
9	Carimbo automático redondo de 30 mm de diâmetro – equivalente TRAXX 9130	Unid.	15	R\$ x	R\$ x
10	Carimbo automático tamanho 60 x 40 mm – equivalente PRINTER 55.	Unid.	15	R\$ x	R\$ x
11	Carimbo automático datador quadrado de 30 x 30 com quatro linhas – equivalente ao Q30.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x

12	Carimbo automático datador redondo de 30 x 30 mm com quatro linhas – equivalente ao R30.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
13	Carimbo automático datador redondo de 40 x 40 mm com quatro linhas – equivalente ao R40.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
14	Refil para Carimbo automático tamanho 27 x 10 mm – equivalente L10.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
15	Refil para Carimbo automático tamanho 38 x 14 mm – equivalente L20.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
16	Refil para Carimbo automático tamanho 47 x 18 mm – equivalente L30.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
17	Refil para Carimbo automático tamanho 58 x 22 mm – equivalente L40.	Unid.	40	R\$ x	R\$ x
18	Refil para Carimbo automático tamanho 30 x 69 mm – equivalente L50.	Unid.	30	R\$ x	R\$ x
19	Refil para Carimbo automático redondo de 30 mm de diâmetro - equivalente TRAXX 9130.	Unid.	15	R\$ x	R\$ x
20	Refil para Carimbo automático tamanho 60 x 40 mm – equivalente PRINTER 55.	Unid.	15	R\$ x	R\$ x
21	Refil para Carimbo automático datador quadrado de 30x30 com quatro linhas – equivalente ao Q30.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
22	Refil para Carimbo automático datador redondo de 30x30 mm com quatro linhas – equivalente ao R30.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
23	Refil para Carimbo automático datador redondo de 40x40 mm com quatro linhas – equivalente ao R40.	Unid.	10	R\$ x	R\$ x
24	Tinta para carimbos automáticos, cor preto, 28ml ou equivalente.	Unid.	50	R\$ x	R\$ x
25	Impressão colorida em tamanho A4 ou Ofício, papel adesivo.	Unid.	400	R\$ x	R\$ x
26	Impressão colorida (plotagem) em grande formato (por metro linear).	M	600	R\$ x	R\$ x
27	Fotocópia colorida em tamanho A4 ou Ofício, papel sulfite, apenas um lado.	Unid.	30	R\$ x	R\$ x
28	Fotocópia monocromática (preto) em tamanho A4 ou Ofício, apenas um lado.	Unid.	10.000	R\$ x	R\$ x
29	Encadernação com capa em PVC de 100 (cem) até 200 (duzentas) folhas.	Unid.	100	R\$ x	R\$ x
30	Encadernação com capa em PVC acima de 200 (duzentas) folhas.	Unid.	40	R\$ x	R\$ x
VALOR TOTAL R\$					R\$ x

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

- 2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 2.2. O Termo de Referência;
- 2.3. O Edital da Licitação;
- 2.4. A Proposta do contratado;
- 2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. Em conformidade com o disposto no artigo 90 da Lei nº 14.133, de 2021, o adjudicatário será convocado para assinar o presente contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva convocação, podendo ser prorrogável uma única vez por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

3.2. O não comparecimento do adjudicatário no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, caracterizará recusa injustificada em assinar o contrato, sujeitando-o às sanções previstas na referida Lei, inclusive à aplicação de penalidades administrativas e à execução da garantia, se houver.

3.3. **DA VIGÊNCIA**

3.3.1. O prazo de vigência da contratação será até o final do respectivo exercício financeiro, contado da data de sua assinatura, podendo sua duração ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública, na forma do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

3.4. **DA EFICÁCIA**

3.4.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

3.4.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

3.4.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

4. **CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.1. **Condições de Entrega e Recebimento**

4.1.1. As solicitações de confecção de carimbos, bem como de substituição de borrachas em carimbos já existentes, serão formalizadas pela Autarquia por meio de e-mail institucional (Gmail) ou por requisição interna, conforme a situação. A Autarquia indicará à contratada, de forma clara e objetiva, o texto a ser gravado, bem como o modelo, dimensões e demais especificações do carimbo desejado.

4.1.2. Quanto aos demais materiais e serviços gráficos, a Autarquia ficará responsável pelo encaminhamento das artes, arquivos digitais ou documentos que deverão ser impressos, reproduzidos ou confeccionados, garantindo que a contratada disponha de todas as informações técnicas necessárias para a fiel execução do serviço, conforme as especificações solicitadas.

4.1.3. O prazo para entrega dos materiais e serviços será de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da solicitação formal ou da Ordem de Serviço expedida pela Divisão de Compras do SANEACRE, observada a necessidade de continuidade das atividades administrativas da Autarquia e a prevenção de interrupções decorrentes da falta de insumos ou serviços.

4.1.4. A entrega dos produtos confeccionados deverá ser realizada na sede do SANEACRE, em local a ser indicado pela Autarquia no momento da solicitação ou da Ordem de Serviço, dentro do horário de expediente administrativo, de segunda a sexta-feira, das 7h às 14h, conforme disposto no Decreto nº 11.391, de 2 de janeiro de 2024, podendo haver alteração previamente comunicada pela Administração.

4.1.5. A retirada ou o recebimento dos produtos finais será realizada pela Autarquia, quando assim definido, assumindo esta a responsabilidade pelo transporte ou busca dos itens, assegurando que a execução da solução ocorra de forma eficiente e segura.

4.1.6. Os materiais entregues deverão estar em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, sem defeitos, falhas ou avarias, aplicando-se, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais legislações pertinentes.

4.1.7. O descumprimento do prazo de entrega estipulado sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como às disposições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e no contrato.

4.1.8. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente a Autarquia, por escrito, indicando novo prazo para entrega, o qual não poderá exceder 10 (dez) dias corridos, salvo expressa autorização da Administração.

4.1.9. Os materiais e serviços serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação de conformidade com as especificações técnicas, e, posteriormente, recebidos definitivamente após a constatação do atendimento integral às condições pactuadas.

4.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução inadequada do objeto contratado.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das

obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. **PREPOSTO**

5.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

5.7. **FISCAL DO CONTRATO**

5.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

5.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

5.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

5.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

5.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

5.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

5.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

5.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

5.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

5.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

5.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

5.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

5.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

5.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

5.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

5.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

5.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

5.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

5.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

5.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

5.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

5.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;

5.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

5.7.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

5.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

5.8. **GESTOR DO CONTRATO**

5.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização

dos Contratos Administrativos:

- 5.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 5.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 5.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 5.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 5.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 5.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 5.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 5.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 5.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 5.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 5.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 5.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 5.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 5.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 5.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 5.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 5.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 5.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 5.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 5.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 5.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 5.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

6. CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO

- 7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o

qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho, número da Ordem de Entrega, número da Autorização de Empenho, Período de Fornecimento, Contrato e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

8.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

8.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:

a) Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre - SANEACRE.

b) CNPJ nº 02.405.085/0001-13.

c) Conter no campo “descrição” as seguintes menções: **Detalhamento do objeto do Contrato e do certame Licitatório, n.º do Termo de Contrato, n.º do empenho, n.º da ordem de entrega e mês da entrega dos itens.**

8.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

8.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$$I = (TX/100)$$

365

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.7. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Órgão.

8.8. A empresa deverá manter, durante todo o período do contrato, a situação de regularidade junto ao sítio específico ou SICAF.

8.9. Na hipótese da empresa, por ocasião do pagamento pelo produto entregue, encontrar-se com cadastro vencido ou com pendência, no que diz respeito à Documentação Obrigatória, deverá apresentar documentação comprovando sua regularidade, não gerando advertência.

8.10. A persistência na situação prevista no parágrafo anterior por parte da empresa culminará com imputação das penalidades previstas em lei, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

8.11. As empresas devem possuir Cadastro de Credor no sistema SEFAZ para receberem valores provenientes da execução contratual.

8.12. Para se cadastrar, o fornecedor deverá fazê-lo pelo site www.sefaz.ac.gov.br.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 9.9. Os pedidos de reequilíbrio devem ser solicitados antes do término da vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da lei 14.133.
- 9.10. O prazo de resposta ao pedido de reequilíbrio para empresa, será de 45 dias, podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela administração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Notificar por escrito a empresa fornecedora, pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, para que sejam adotadas as medidas saneadoras necessárias.
- 10.2. A CONTRATANTE exercerá através do Departamento Administrativo a gestão contratual, observando o fiel cumprimento das exigências constantes deste termo, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas;
- 10.3. Proceder a fiscalização do (s) contrato (s) decorrente (s) deste Termo através de funcionário designado por Ato Administrativo;
- 10.4. Proceder o pagamento devido a contratada;
- 10.5. Rejeitar os itens que não estiver dentro dos padrões exigidos nas especificações;
- 10.6. Notificar a contratada por escrito pela ocorrência de eventuais imperfeições no ato de descarga;
- 10.7. Atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos itens referente ao objeto do termo contratual;
- 10.8. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste termo;
- 10.9. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da Contratada às dependências do CONTRATANTE;
- 10.10. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Além das condições estabelecidas no documentos relacionados sobre o modelo de execução do objeto, a contratada obriga-se a:
- 11.2. Entregar os itens de forma adequada, a não danificar durante a operação de transporte de carga e descarga;
- 11.3. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 11.4. Manter inalterados os preços e condições propostos;
- 11.5. Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes do transporte, taxas, frete e qualquer encargo que venha a incidir na entrega dos itens;
- 11.6. Substituir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o item que, não apresente sua qualidade e especificação conforme solicitado;
- 11.7. Observar para que, durante a vigência do contrato, seja mantida pela empresa a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa.
- 11.8. A CONTRATADA deverá apresentar ao setor ou responsável da CONTRATANTE um preposto para manter diálogo constante na execução do instrumento contratual.
- 11.9. A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos que venha a causar a CONTRATANTE ou a terceiros no desenvolvimento de suas atividades, durante toda a vigência do contrato;
- 11.10. Cumprir as obrigações assumidas em sua proposta de preços, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes;
- 11.11. Para cada solicitação será expedida uma ordem de fornecimento, por escrito, com a respectiva data de emissão, em 02 (duas) vias de igual teor, assinada pelo representante do CONTRATANTE.

- 11.12. Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários por esta Controladoria;
- 11.13. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 11.14. Acatar as orientações da CONTRANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as indagações formuladas;
- 11.15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- 11.16. Responsabilizar-se pela garantia do Objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 11.17. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrente da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE;
- 11.18. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao Objeto deste TR, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos);
- 11.19. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes deste TR;
- 11.20. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;
- 11.21. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrente de fatores futuros e incertos;
- 11.22. A CONTRATADA, deverá apresentar o Certificado de garantia do produto emitido pelo fabricante.
- 11.23. Efetuar o Cadastro de Credor pessoa Jurídica junto a SEFAZ Secretaria Estadual de Fazenda do Acre, site: www.sefaz.acre.gov.br, e responsabilizar-se pela emissão de Notas Fiscais.
- 11.24. A Contratada é obrigada a fornecer o produto químico atendendo aos requisitos constantes da NBR 15784 (Estabelece os requisitos para os Produtos Químicos utilizados em sistemas de tratamento de água para consumo humano e os limites das impurezas nas dosagens máximas de uso indicadas pelo fornecedor do produto, de forma a não causar prejuízo a saúde humana. Aplica-se aos produtos, combinações e misturas utilizadas em tratamento de água para: coagulação, floculação, ajuste de pH, precipitação, controle de corrosão e incrustação, abrandamento e sequestro de íons, desinfecção e oxidação, e produtos específicos, como os utilizados para controle de algas, fluoretação, defluoretação, decoloração, adsorção e remoção de cor, sabor e odor), conforme determina a Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde.
- 11.25. A contratada, quando não for a fabricante e atuar exclusivamente como comerciante atacadista de produtos químicos, deverá apresentar Certidão de Inscrição e de Regularidade emitida pelo Conselho Regional de Química (CRQ), tanto da empresa vencedora do certame quanto da indústria fabricante do produto objeto da licitação, em conformidade com as exigências da Resolução Normativa nº 122, de 9 de novembro de 1990, do Conselho Federal de Química (CFQ);
- 11.26. A Contratada, deverá apresentar o Certificado de análise do produto emitido pelo fabricante;
- 11.27. Serão de responsabilidade da Contratada todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), utilizados para o transporte dos produtos objeto deste termo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 13.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.4. Der causa à inexecução total do contrato;
- 13.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 13.6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 13.10. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 13.11. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 13.12. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 13.13. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.14. Multa, na forma prevista na legislação vigente.
- 13.15. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 13.16. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.17. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 13.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.19. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.21. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.22. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 13.23. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.24. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.25. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 13.26. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- 14.2. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações,

de projetos ou de prazos;

14.3. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

14.4. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

14.5. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

14.6. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

14.7. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

14.8. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

14.9. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

14.10. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.11. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

14.12. supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

14.13. suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

14.14. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

14.15. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

14.16. não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

14.17. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

14.18. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

14.19. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

14.20. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.21. A extinção do contrato poderá ser:

14.22. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.23. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

14.24. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.25. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.26. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

14.27. devolução da garantia;

14.28. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

14.29. pagamento do custo da desmobilização.

14.30. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

14.31. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

- 14.32. ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 14.33. execução da garantia contratual para:
- 14.34. ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- 14.35. pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- 14.36. pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- 14.37. exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 14.38. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas

15. DISPOSIÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO E TRASMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

15.1. Em conformidade com a legislação vigente, deverão ser obedecidos os preceitos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, bem como previsão contratual objeto deste Termo de Referência:

I. O Fornecedor/Contratado obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto da contratação.

II. O Fornecedor/Contratado obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

III. O Fornecedor/Contratado deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício de suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

IV. O Fornecedor/Contratado não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

V. O Fornecedor/Contratado não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

VI. O Fornecedor/Contratado obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros, durante o cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

VII. O Fornecedor/Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

VIII. Ao Fornecedor/Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual.

IX. O Fornecedor/Contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

X. Ao Fornecedor/Contratado não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual.

XI. O Fornecedor/Contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

XII. O Fornecedor/Contratado deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.

XIII. A notificação não eximirá o fornecedor/contratado das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.

XIV. O Fornecedor/Contratado que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto deste instrumento contratual, fica obrigado a assumir total responsabilidade e o ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo ocorrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

XV. O Fornecedor/Contratado fica obrigado a manter preposto para comunicação com a Contratante, para os assuntos relacionados à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

XVI. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Fornecedor/Contratado e a Contratante, bem como, entre o fornecedor/contratado e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial em contrário.

XVII. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Fornecedor/Contratado a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequentemente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

16.2. Cód. Órgão / Unidade Executora: (...)

16.3. Programa de Trabalho: (...)

16.4. Elemento de Despesa: (...)

16.5. Elemento de Despesa: (...)

16.6. Detalhamento: (...)

16.7. Fonte de Recurso: (...)

17. DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

17.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

17.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias do SANEACRE, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

E-mail: saneacre.gabinete@gmail.com

Telefone: (68) 3223 1579

Endereço: Rua Franco Ribeiro, 077, Centro – CEP: 69.900-082 – Rio Branco - Acre

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

21. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

21.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JOSÉ RAIMUNDO BARROSO BESTENE
Presidente - SANEACRE
CNPJ: 02.405.085/0001-13
CONTRATANTE

GEOVANI DA SILVA SOARES
Diretor Administrativo e Financeiro – SANEACRE
CNPJ: 02.405.085/0001-13
CONTRATANTE

Representante Legal
EMPRESA
CNPJ:
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **NILMARA DE LIMA PINTO, Chefe de Divisão**, em 21/01/2026, às 12:02, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019129304** e o código CRC **B9AF9C92**.

Referência: Processo nº 0040.003223.00016/2025-95

SEI nº 0019129304

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 3 DO TERMO DE REFERÊNCIA

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 90 (NOVENTA) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.